

Café também sobe; inflação poderá ser de 7% ao mês

Ainda neste mês, o consumidor, vai pagar mais caro pelo pô de café e pelas tarifas de energia elétrica. No começo de fevereiro, vão subir os preços do pão e do óleo de soja (lata de 900 ml). Essas informações foram prestadas ontem por técnicos governamentais, que admitem que o afrouxamento nos controles de preços vai puxar as taxas de inflação de janeiro, fevereiro e março para um índice ao redor de 7 por cento.

Os técnicos não quiseram adiantar os percentuais dos próximos reajustes de preços e não souberam informar se a gasolina e os outros derivados de petróleo terão os seus preços majorados em fevereiro. Extra-oficialmente, contudo, tem-se como certo o aumento dos produtos derivados de petróleo no próximo mês, possivelmente depois do dia 15. Prevê-se aumentos de 15 por cento no preço do pô de café, em função da primeira retirada do subsídio do café, e de 14 por cento - em média - nas tarifas de energia elétrica que incidirá nas contas de fevereiro.

O pão e o macarrão deverão ter os seus preços elevados em cerca de 20 por cento, aumento resultante da segunda retirada do subsídio ao consumo de trigo, cujo corte total só será concluído em meados do próximo ano. Outro produto básico da mesa do consumidor, o óleo de soja, sofrerá um aumento da ordem de 25 por cento, a partir do próximo dia 5; o reajuste é consequência da decisão tomada pela

Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), no dia 13 último, de liberar o preço do produto, até então tabelado em 47 cruzeiros, a lata.

Alguns técnicos admitem a possibilidade da lata de óleo de soja ter seus preços aumentados já a partir da segunda-feira; na sua opinião, a elevação é justa, uma vez que o preço do produto estava excessivamente comprimido pelo rígido controle exercido pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) no ano passado.

As tarifas de todos os serviços de comunicação também serão elevados brevemente. As tarifas do serviço público, de reajuste trimestral ou não, terão, neste, ano, os seus preços corrigidos com base na variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). O INPC, conforme o ministro Delfim Netto, do Planejamento, anunciou o dia 5 de novembro do ano passado, será, em 1981, o indicador e indexador da economia.

O PESO NA INFLAÇÃO

Técnicos do Governo temem o impacto inflacionário das majorações de preço que vem sendo autorizadas com frequência desde o início do mês. Eles entendem que os reajustes de preços - os que ocorreram e os que estão por acontecer - pressionam bastante o Índice do Custo de Vida (ICV), componente de peso 3 no cálculo de taxa de inflação, que é elaborada pela Fundação Getúlio Vargas.

No Índice Geral de Preços — ou taxa de inflação — de janeiro, a ser divulgada no dia 5 de fevereiro, vão exercer forte pressão os reajustes de 25 por cento nas tarifas telefônicas (majoração que entrou em vigor no dia 1.º de janeiro); de 8 por cento no preço da carne (em vigor desde o dia primeiro, e que foi decorrente de decisão do Conselho de Política Fazendária, que, no dia 16 de dezembro passado, acabou com a isenção do ICM — Imposto Sobre Circulação de Mercadorias — e com qualquer subsídio às carnes bovina, de cabra e de carneiro, no atacado); de 12,5 por cento nos preços do leite, cujo tipo especial passou de 24 para 27 cruzeiros — o aumento foi autorizado pela Sunab no dia 16; de 40 por cento — em média — nos preços dos cigarros — em vigor desde o dia 16; e de 27 por cento nos preços das águas minerais, reajustes que começou a vigorar desde o último dia 22.

Uma das pressões inflacionárias mais temidas pelas autoridades econômicas, que deverá incidir com força sobre o IGP de janeiro, é a decorrente do aumento de preço do feijão-preto no Rio de Janeiro, ocorrido na última semana de dezembro, que pulou de 25 para 75 cruzeiros, o quilo. O Índice do Custo de Vida — que é, como o Índice de Construção Civil, calculado na cidade do Rio de Janeiro — incorporou integralmente a majoração, que deverá significar, ao que tudo indica, a maior fatia da inflação de janeiro.

Dívida, o maior problema

(o maior problema enfrentado pela economia brasileira atualmente, na opinião dos empresários; em %)

Dívida externa	46,4
Inflação	31,4
Outros	22,2

Governo, um desempenho regular

(avaliação do governo Figueiredo como um todo, comparada com as notas dadas pelos empresários há seis meses e há um ano; em %)

